

PERCEPÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE A EDUCAÇÃO PERMANENTE: O CASE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO

*Hernandes da Silva Magalhães*²⁹

*Luís Fernando Oliveira Dias*³⁰

*Sonia Cristina de Oliveira*³¹

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo conhecer a percepção dos policiais militares, cabos e soldados do Estado de Mato Grosso sobre a Educação Permanente. Para tanto, buscou-se responder à questão: qual a percepção dos policiais militares, soldados e cabos, em relação à educação permanente? E construiu-se a hipótese de que a oferta de educação permanente implicaria em melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional. Pesquisa de abordagem quantitativa, método hipotético-dedutivo, coleta de dados por meio de aplicação de um questionário on-line na plataforma *google form*. Os resultados inferem a confirmação da hipótese de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional e, ainda, que a instituição não consegue fornecer a Educação Permanente para toda a corporação de forma sistemática uma vez que as ofertas de cursos não são acessíveis a todos.

Palavras-chave: Polícia Militar. Educação profissional. Matriz curricular.

MILITARY POLICE PERCEPTION ON PERMANENT EDUCATION: THE CASE OF THE MILITARY POLICE IN THE STATE OF MATO GROSSO

Abstract: This work aimed to propose the Curricular Structure for the Police Officers Formation Course, CFP of the Military Police of the State of Tocantins - MPTO, as a way to prepare the military police officer for the exercise of his role of preventive ostentatious policing, as attributed in the Federal Constitution of 1988. Methodologically, through the deductive method, bibliographic research was used on the theme of man's education, military police training, its values, social function, and challenges faced in professional expertise and its relationship with the pillars of education for the 21st century. The data were treated qualitatively with heuristic approximation focused on the object of study. It was concluded that professional training derives from the broad aspects related to human formation. It constitutes a strategic action offered by the Manager as a public policy of human capital formation with a view to the effectiveness of professional performance with society.

Keywords: Military Police. Professional education. Curricular structure.

Recebido em 04 de novembro de 2021

Aprovado em 16 de novembro de 2021

²⁹ Tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso Superior de Polícia – CSP da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV)

³⁰ Tenente-coronel da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, aluno do Curso Superior de Polícia – CSP da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV).

³¹ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

<http://lattes.cnpq.br/2186831983752326>

E-mail: soniaoliveiracba@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A educação permanente (EP) valoriza as situações oriundas dos processos de trabalho, abarca o conhecimento que advém desse ambiente e se transforma em um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos profissionais na Instituição em que exercem suas atividades laborais. Esses processos educativos e de aquisição de saberes e habilidades devem fazer sentido para os profissionais, uma vez que os conhecimentos adquiridos e/ou revisados podem ser usados e colocados a serviço das situações de trabalho. (FERNANDES, 2018).

Pode-se afirmar que, para a autora, a EP pode ser entendida enquanto uma experiência social na medida em que o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existindo, assim, uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar, com mais clareza, as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética.

Além disso, pode ser considerada como um processo renovador, o qual, por meio da experiência prática, faz com que os profissionais tenham contato com seu ambiente de trabalho e desenvolvam técnicas e habilidades com o objetivo de encontrar soluções para os mais diversos problemas.

Analisando a discussão de Paschoal, Mantovani e Méier (2007) a educação permanente, calcada no aprendizado ininterrupto, é condição necessária para o desenvolvimento do indivíduo, no que concerne ao seu autoaprimoramento, direcionado à busca das competências pessoal, profissional e social, como meta por toda a vida.

Embora a EP seja intrínseca ao indivíduo, é uma capacidade que precisa ser desenvolvida, como qualquer outra competência ou habilidade, pois deve haver um constante aprender em suas relações. Destarte, é possível inferir que ela é essencial na formação e na prática do policial militar, para que possa servir à sociedade com ações atualizadas e

condizentes com a modernização que os tempos exigem quanto à formação humanística e técnica.

De acordo com Silva (2012), a formação do policial militar requer muito preparo para atender aos anseios das demandas sociais, em especial à proteção e à promoção dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Decorre, daí, a importância da formação humanística e técnica, de forma recorrente, ao longo da carreira profissional.

Frente a essas considerações, indagou-se: qual a percepção dos policiais militares, soldados e cabos, em relação à educação permanente? Qual o impacto da educação permanente nas atividades operacionais e de gestão na instituição? Dessas indagações emana a hipótese desta pesquisa de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional.

Para responder a essas questões, a pesquisa tem como objetivo geral conhecer a percepção dos policiais militares, cabos e soldados do Estado de Mato Grosso sobre a EP. De modo mais específico, pretende-se: identificar a trajetória de formação dos participantes; compreender a percepção em relação à EP; investigar e analisar a percepção dos policiais militares sobre a EP; identificar a oferta e a gestão da EP para os policiais; e, ainda, se a oferta melhora a qualidade dos serviços prestados na instituição.

É uma pesquisa de abordagem quantiquantitativa, por meio do método hipotético-dedutivo, de cunho exploratório e, também, descritiva, pois visa à descrição e compreensão do fenômeno da EP na instituição. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário com perguntas objetivas e uma subjetiva inserida na plataforma *Google Forms*. A amostra envolveu 572 (quinhentos e setenta e dois) participantes, o que corresponde a 17% do universo de soldados e cabos da PMMT. Procedeu-se à análise dos resultados, sendo que os dados qualitativos foram analisados a partir do levantamento de categorias recorrentes e os

dados quantitativos, por meio de estatística descritiva.

A pesquisa revelou que os resultados confirmam a hipótese de que a oferta de educação permanente pode melhorar a qualidade dos serviços prestados e promover o desenvolvimento profissional. Deixou claro, também, que a instituição não consegue fornecer a EP para toda a corporação de forma sistemática por meio de um Política Pública de Educação e, ainda, que as ofertas de cursos não são acessíveis a todos.

2 EDUCAÇÃO PERMANENTE

A EP ganhou visibilidade quando o Ministério da Saúde aprovou, em 2003, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que propõe que os processos de educação dos trabalhadores se façam a partir da problematização do processo de trabalho e ressaltou que as demandas por mudanças e melhorias devem ser baseadas na análise do processo de trabalho, nos seus problemas e desafios. (SARDINHA, 2013).

É uma modalidade de educação pouco conhecida, em que a Saúde foi pioneira em pensar e propor ações de formação em serviço. Conceitualmente, a literatura registra uma variedade de expressões, sendo as mais frequentes: treinamento em serviço, educação no trabalho, educação em serviço, Educação Continuada – EC e EP, que se utiliza neste trabalho. Esses conceitos são tratados, muitas vezes, como sinônimos e podem ser atribuídos tanto aos programas pontuais de capacitação inicial para o trabalho quanto à atualização científica e tecnológica, ambos de caráter transitório, como para serviços incluídos nos organogramas oficiais das instituições de saúde. (MASSAROLI, SAUPE, 2005). Por fazerem uso de metodologias diferentes, existem conflitos na conceituação de cada um desses processos educativos.

Por conseguinte, existem autores que fazem distinção, que é a nossa escolha teórica, expõem, são conceitos claramente distintos, porém apresentam um caráter complementar e não excludente. Exemplo, EC e EP são mais consolidadas e têm um caráter complementar, porém com marcantes diferenças conceituais. (SARDINHA, 2013).

A EC e EP carregam muitas similaridades: a primeira como aprimoramento profissional; como conjunto de atividades educativas para a atualização do indivíduo; como ação desenvolvida após a profissionalização com o objetivo de atualizar os conhecimentos, adquirir novas informações e aprender com um conjunto de experiências subsequentes à formação inicial, o que permite ao profissional qualificar sua competência individual e que esta esteja alinhada às suas responsabilidades, incluindo atividades desenvolvidas após a graduação, pois se relaciona com atualização, mas possui duração definida com metodologia tradicional na maioria das vezes. É, ainda, uma modalidade que se destina ao desenvolvimento de habilidades, para uma mudança de atitude e de comportamentos cognitivos, afetivos e psicomotores, podendo ser realizada no ambiente de trabalho, mas ainda tendo forte ligação com as instituições de ensino como continuidade da formação inicial. (SARDINHA, 2013).

Por sua vez, a EP consiste na aprendizagem no trabalho, na qual o aprender e o ensinar se incorporam ao cotidiano da organização. Fundamenta-se na metodologia de problematização, tendo por objetivo mudanças na formação e no desenvolvimento profissional. O conteúdo a ser estudado emerge de situações vivenciadas pelos profissionais e articula esferas de reflexão crítica, política e emancipatória. (SARDINHA, 2013).

Pensamento corroborado por Fernandes (2018) em várias de suas pesquisas (FERNANDES, 2012, 2016, 2019), pois, para a autora, a EP valoriza as situações advindas dos processos de trabalho, abarca o conhecimento que ocorre nesse ambiente, surge e aparece como um

princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos profissionais na Instituição em que exercem suas atividades laborais.

Quando o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existe uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar com mais clareza as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética. É aí que a EP está presente, inserida no espaço de trabalho e deve ser considerada como parte dele. (FERNANDES, 2017).

Com base em Paschoal, Mantovani e Méier (2007), a EP é calcada no aprendizado ininterrupto, condição necessária para o desenvolvimento do indivíduo, no que concerne ao seu autoaprimoramento, direcionado à busca das competências pessoal, profissional e social, como meta por toda a vida, decorre, daí, a natureza dessa modalidade, permitir que os participantes do processo sejam proativos na busca constante do desenvolvimento pessoal e profissional como foco por toda a trajetória de aprimoramento.

A pesquisa de Gigante e Campos (2016, p. 757) revela que a EP como uma “política nacional afirma a articulação entre ensino, trabalho e cidadania, a vinculação entre formação, gestão, atenção e participação social, [...]” em que estruturas de ensino e serviço se completam mutuamente. O que se pode inferir é que a transposição de uma proposta dessa natureza para a formação dos profissionais de segurança pública pode suprir a lacuna de discussões técnicas, teóricas e reflexivas e, aos poucos, se despir do fazer desprovido de fundamentos técnicos e teóricos, uma vez que a EP anuncia a possibilidade transformadora e de mudança em serviço de modo permanente.

2.1 EDUCAÇÃO PERMANENTE E A POLÍCIA MILITAR

Em estudos recentes, é possível observar a ampliação do conceito de EP. Para Fernandes (p. 483, 2012), a EP “não é algo *sui generis* do campo da saúde, por se tratar de processos de aprendizagem que resultam da combinação de diferentes situações e modalidades de formação”. Neste sentido, aposta-se na ideia de que ela pode fortalecer a autonomia e a tomada de decisão dos profissionais de segurança e, neste processo, cada profissional se tornar um elemento de cogestão e responsável por suas ações para além dos limites práticos e que, consequentemente, se permite refletir e crescer profissionalmente no seu trabalho e no ambiente em que se insere.

Logo, o trabalho dentro da instituição deve funcionar em rede e não apenas partir de um organograma de funções hierárquicas e verticalizadas, pois é preciso informação, tecnologia, compartilhamento de conhecimentos, problematização da realidade e produção de novos conhecimentos. Existe nesta modalidade intenção de mudanças na formação e no desenvolvimento profissional, a proposta de conteúdo a ser discutido, pensado e problematizado surgem de situações experienciadas no dia a dia no ambiente de trabalho e articula esferas como a gestão, os serviços, as instituições de ensino e órgãos de controle social.

A EP possui seus limites na instituição, pois ela não irá alterar os limites estruturais, por outro lado, é uma modalidade de ensino que pode auxiliar para além de conhecimentos intelectuais, possibilitando foco em mudanças comportamentais e atualização em modos de pensar que estejam em desacordo com a função, para que possa haver discussão e reflexão sobre as práticas policiais com base na constituição cidadã – que envolve todo o arcabouço de direitos humanos, ética e cidadania – somadas ao aprimoramento técnico coerente com o mundo hodierno.

A proposta da EP dialoga com as proposições para a Reforma do Ensino Policial no Brasil (BRASIL, 2013) que, entre várias recomendações propõe ratificar a Matriz Curricular da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública); construir um projeto pedagógico concernente a uma definição democrática do ofício de polícia; construir um trajeto pedagógico que contemple o diálogo reflexivo entre as dimensões teóricas e práticas do ofício de polícia materializado pela combinação de conteúdos teóricos, com estratégias, táticas e estágios orientados; realizar cursos anuais de educação continuada, da qual esta pesquisa sinaliza que a modalidade de EP seria assertiva.

A profissão policial militar exige mudanças e atualizações constantes, inclusive no que tange a uma formação alicerçada nos pilares legais, éticos e humanísticos, todas essas mudanças previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), as quais devem ser referenciadas para uma polícia cidadã e para a população, logo não apenas repressiva. A EP pode auxiliar à medida que possui uma metodologia problematizadora, reflexiva e com base nas questões de atuação, o que requer a intervenção, a troca de saberes por meio do diálogo com a interdisciplinaridade e com a intersetorialidade, o que possibilita a presença de uma dimensão política e formadora para estimular o senso-crítico no fazer profissional.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem quantiquantitativa de cunho exploratório e, também, descritiva, pois visa à descrição e à compreensão do fenômeno da EP na instituição. As investigações quantiquantitativa são bastante diferentes em termos da relação com os dados, da estratégia de investigação e, ainda, da construção do conhecimento do pesquisador, no entanto, as diferenças, em vez de serem um obstáculo, são uma possibilidade que, adequadamente utilizada, pode

trazer produtos científicos da maior qualidade. As abordagens quantitativas e qualitativas não são excludentes e até diríamos que elas se complementam, visto que existem fatos que são do domínio quantitativo e outros do domínio qualitativo”. (OLIVEIRA, 2010, p. 60).

Pensamento corroborado por Turato (2003) que entende que essa fusão qualitativa e quantitativa permite o cruzamento das conclusões e maior confiança nos dados obtidos.

Quando o tema foi pensado, logo de início a indução teve espaço preponderante para a construção das hipóteses e objetivos a partir da observação do campo empírico, no entanto, após esse primeiro delineamento, a pesquisa tornou-se hipotético-dedutiva. Conforme Gerhard (2009) essas duas abordagens se articulam, uma vez que os modelos elaborados por uma pesquisa científica comportam dedução e indução, abrindo espaço para a viabilidade do falseamento na pesquisa proposta por meio da dedução.

A pesquisa foi realizada no Estado de Mato Grosso, com os policiais militares da graduação de soldado e cabo de todos os comandos regionais da capital e do interior que compõem a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT).

Foram participantes o universo de 2.987 (dois mil e novecentos e oitenta e sete) soldados e 368 (trezentos e sessenta e oito) cabos, mas, a partir de uma amostra não-probabilística, alcançou-se uma amostra de 17% do universo de soldados e cabos, o que equivale a 572 (setecentos e setenta e dois) participantes.

Como critérios de seleção dos sujeitos, foram incluídos na pesquisa policiais militares da graduação de soldados e cabos da PMMT. O critério de escolha da inclusão deste grupo é o tempo de interstício de promoção, são 9 (nove) anos de tempo de serviço para um soldado ascender a cabo, sendo uma questão importante o fato de que muitos vão fazer o primeiro curso de atualização na profissão decorridos mais de 10 (dez) anos, momento em que

serão promovidos a 3º sargento. Foram excluídos da pesquisa policiais militares que possuem patente de oficial, de 2º tenente a coronel e da graduação de Subtenentes e Sargentos.

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário semiestruturado contendo aspectos sobre:

- a) dados sociodemográficos do participante;
- b) formação acadêmica; c) informações sobre a EP disponibilizada pela instituição, d) atualização profissional; e
- e) percepção sobre a EP.

Foi feito um teste piloto como uma estratégia metodológica para auxiliar, aprimorar e validar o instrumento de pesquisa, o qual foi aplicado para 6 (seis) participantes antes de ser enviado para o universo. O questionário tinha um link enviado por *e-mail* e *WhatsApp* em grupos de policiais, conforme a amostra não probabilística no período de 02 a 14/10/2020, que o disponibilizava para os participantes no formato eletrônico *Google Forms*. Após receber o endereço eletrônico, o

participante clicava no *link* e era direcionado para uma página contendo a apresentação do projeto de pesquisa, o aceite e o e-mail do pesquisador. Assim após o aceite, na sequência, o participante tinha acesso ao questionário *on-line*.

Sobre a tabulação, interpretação e análise dos dados, foi levado em conta o resultado das respostas na plataforma *Google Forms*. Nesta ferramenta, as respostas são coletadas de forma organizada e automática e geram os gráficos em tempo real. Então, abriu-se o resumo das respostas, retiraram-se os gráficos tabulados e transcreveu-se os percentuais sem os gráficos, estes foram transformados em tabelas, sendo que, em relação às respostas abertas, foi feita uma análise de conteúdo com as categorias mais recorrentes, sendo importante expor que se juntou categorias consideradas similares. Enfim, os dados qualitativos foram analisados a partir do levantamento de categorias recorrentes e os dados quantitativos por meio de estatística descritiva (média, percentual).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Variáveis	Quantidade	N (%)
<i>Local de residência</i>		
Interior do Estado	480	83,9
<i>Graduação</i>		
Soldado	443	77,40
<i>Tempo de efetivo serviço</i>		
4 a 6 anos	346	60,5
<i>Estado Civil</i>		
Casado(a) no civil	231	40,4
União estável de acordo mútuo do casal sem formalidade legal	134	23,4
<i>Faixa etária</i>		
26 a 30 anos	246	43
31 a 35 anos	239	41,8
<i>Gênero</i>		
Masculino	537	93,9
<i>Escolarização</i>		
Nível Superior	443	77,4
<i>Especialização em área específica</i>		
Não	358	62,6
<i>Religião</i>		
Católico	236	41,3
Evangélico	238	41,6

Fonte: os autores (2020).

Sobre os dados sociodemográficos, como se pode observar na Tabela 1, a pesquisa revela que os participantes são a maioria do interior do estado, 83,9%. Graduação de soldados 77,4%, com um tempo médio de polícia militar entre 4-6 anos, 60,5%. Estado civil, predominância de casados no cartório 40,4% e na sequência, união estável de acordo mútuo do casal, 23,4%. Faixa etária, entre 26 a 35 anos 84,8%. O sexo, 93,9% são homens.

Escolarização, nível superior 77,4%, Especialização na área específica de segurança pública, 62,6% não possui. Religião, 82,9% se declaram cristãos, sendo 41,3% católicos e 41,6% evangélicos.

A pesquisa tem uma amostra jovem, predominância de homens, graduação de soldado, casados e cristãos. No entanto, quando à escolarização, embora se tenha a maioria com Nível Superior, ainda existem militares com Nível Médio

e mais da metade da amostra não possui nenhuma Especialização na área de Segurança Pública. Este dado vem ao encontro da necessidade de escolarização, atualização e expertise na área de atuação.

Silva (2012), na pesquisa em que fez uma análise da Matriz Curricular Nacional (MCN) instituída, desde 2003 – pelo Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) –, com a finalidade de ser referência para as unidades federativas, de forma a minimizar as discrepâncias existentes na formação dos profissionais de segurança pública e alcançar melhores resultados na performance profissional, afirma que segundo,

[...] a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO),
o policial militar deve ter determinadas

competências e habilidades que o diferenciam das demais categorias de funcionários públicos. Essa perspectiva é incorporada fortemente pela Matriz Curricular Nacional. Nela, o operador de segurança pública é visto como um profissional *sui generis*, que necessita de seleção e formação específicas, capazes de capacitá-lo para exercer a função de mantenedor da paz pública e protetor da sociedade. (SILVA, 2012, p. 50. grifo nosso).

Na visão do autor, a abrangência e a complexidade da segurança pública são desafios contemplados na Matriz Curricular, sobretudo a construção do conhecimento, que deve ser entendido como um processo dinâmico, passível de modificações na busca pela qualidade que as Polícias Militares do Brasil buscam, portanto, não se pode ter uma corporação que denuncia que, na prática, existem muitos ausentes de atualização e das formações específicas que a profissão requer para ofertar um serviço de qualidade à sociedade.

Tabela 2 – Acessibilidade digital

Variáveis	Quantidade	N (%)
Utilização de e-mail pessoal para trabalho Sim	409	71,5
Utilização de e-mail funcional Não	348	60,8
Acesso à internet em casa com wi-fi Sim	556	97,2
Acesso à internet no trabalho com wi-fi? Sim	481	84,1
Gosta de ficar conectado Sim	525	91,8
Se considera uma pessoa digital Sim	335	58,6
Utilização de recursos da internet Todos os conteúdos disponíveis	293	51,2

Fonte: os autores (2020).

Em relação à acessibilidade digital, como se pode observar na Tabela 2, 71,5% usam e-mail pessoal para trabalhar; 60,8% não usam e-mail funcional com @ do Estado ligado à SESP/MT; 97,2% possuem acesso à internet em casa com wi-fi para acessar computador, notebook etc.; 84,1% possuem acesso à internet no trabalho. Já 91,8% gostam de ficar conectados à internet e 58,6% se consideram uma pessoa digital. Sobre o uso dos recursos, whatsapp, e-mail, Youtube e vídeo aulas on-line, 51,2% têm acesso.

Na questão de acessibilidade digital, a predominância de uso de e-mail e whatsapp. A amostra aponta que existem policiais sem acesso à internet, outros que usam de forma restrita, apenas e-mail e whatsapp e quase metade não se consideram digitais (Tabela 2), sendo que esse fator impacta na EP num cenário que exige formação à distância e muito uso da rede informativa.

Sobre este assunto, a pesquisa de Carneiro (2019) que discute o uso de ferramentas digitais para aprendizagem colaborativa nos cursos de qualificação profissional da polícia militar do Tocantins, ou seja, estuda a implementação de ferramentas digitais que podem ser utilizadas na aprendizagem colaborativa, e no caso teve foco na plataforma AVA *Chamilo*, concluiu que:

[...] as tecnologias digitais e a internet inovaram a maneira de transmitir e coletar novos conhecimentos. Sua importância está nas necessidades de interação que, cada vez mais, proporcionam à sociedade facilidades para o aprendizado, o que pode ser aplicado como uma ferramenta para o trabalho, consulta e publicação de informações importantes. [...] as tecnologias digitais são formalizadas e oferecem mais e mais oportunidades de aprendizado. **Precisamos nos apropriar das incertezas e transformar a educação em processos de formação permanente** [...] esses métodos envolvem a interação social, o que motiva os participantes a compreenderem os processos de colaboração e comunicação por meio da troca de conhecimentos, utilizando diversos recursos tecnológicos. Diante disso, as mudanças tecnológicas estão afetando os ambientes de aprendizagem e possibilitando uma melhor adaptação das instituições às novas demandas. (CARNEIRO, p. 103, 2019).

O estudo do autor aponta que a acessibilidade digital é importante para propiciar novos conhecimentos, ou seja, conduzir uma EP, uma vez que a interação social on-line é um elemento importante para a aprendizagem. Disso decorre a importância de a instituição focar em ter uma corporação 100% digital e com acesso à internet em todas as unidades, porque além de propiciar formação, estamos na era dos boletins informatizados e muitas outras ações.

Tabela 3 – Formação depois do ingresso na PMMT

Variáveis	Quantidade	N (%)
A instituição se preocupa com a atualização?		
Não	386	67,5
Fez algum curso de atualização fornecido pela Instituição?		
Não	420	73,4
Quanto tempo após o seu curso de formação de soldado fez algum curso de atualização?		
Não Fiz	375	65,6

Fonte: os autores (2020).

Sobre a formação depois do ingresso na PM (Tabela 3), indagados se consideram que a Instituição se preocupa com a atualização dos cabos e soldados, 67,5% responderam que não existe preocupação. Somado a 73,4% que não fizeram nenhum curso de atualização fornecido pela instituição focado no exercício da profissão desde o seu ingresso.

Sobre quanto tempo após o curso de formação inicial fez algum curso de atualização, 65,6% responderam, não fizeram nenhum curso desde a formação inicial. Este ensaio parte do princípio de que os processos formativos, eleitos aqui como EP, devem fazer parte da carreira profissional e os policiais devem perceber isso por meio da oferta de cursos.

É essencial uma política pública de EP que atinja a todos indistintamente, sejam da capital ou do interior, pois esta amostra tem predominância de profissionais que atuam no interior, talvez seja a causa das ausências em formação, no entanto, a instituição precisa elaborar um plano em que todos sejam contemplados, até porque muitos cursos são obrigatórios para a promoção e devem ser ofertados como pré-requisito para ascender na carreira.

A EP parte da reflexão sobre a realidade do serviço e das necessidades existentes, para então formular estratégias que ajudem a solucionar problemas. Por isso, é considerada por muitos como educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho nos diferentes serviços cuja finalidade é melhorar a atuação. Esta tem sido a proposta da saúde para atingir um atendimento com qualidade, uma proposta que problematiza os entraves no cotidiano do trabalho e buscar solução por meio da EP. (MASSAROLI, SAUPE, 2005).

O que se constituiria muito viável e adequado para o universo da Segurança Pública seria propor Políticas Públicas de EP que possam, com planejamento e sistematização, assegurar a participação de todos(as), pois, conforme as autoras acima, trata-se de uma proposta de inclusão de

todos os atores, no caso, todos os policiais. Assim, seria feita a opção pela eleição de metodologias participativas que partam das experiências vividas, problematizando-as e gerando propostas que viabilizem soluções.

Conforme Sardinha (2013) “a educação é um processo permanente que busca alternativas e soluções para os problemas de saúde reais vivenciados pelos grupos em suas realidades”. Percebemos que se a EP traz soluções para os problemas reais vivenciados pela saúde, logo poderá, também, contribuir com a Segurança Pública que lida com problemas complexos no mundo em constante transformação, por isso, quando os sujeitos da pesquisa, em sua maioria, afirmam que, nunca fizeram um curso de atualização fornecido pela instituição focado no exercício da profissão desde o seu ingresso, temos uma resposta que vai de encontro com a necessidade de constante atualização profissional.

Sobre a EP, concorda-se com os apontamentos de (Paschoal, Mantovani, Méier, 2007, p.479), que ela surge como “uma exigência na formação do sujeito, pois requer dele novas formas de encarar o conhecimento [...]” não basta ‘saber’ ou ‘fazer’, é preciso ‘saber fazer’, interagindo e intervindo, e “essa formação deve ter como características: a autonomia e a capacidade de aprender constantemente”, de relacionar teoria e prática e vice-versa, isto refere-se à inseparabilidade do conhecimento e da ação (grifo nosso).

Conforme elucidado pelos autores que dão sustentação à EP, ela é uma estratégia de aprender em serviço que se pauta nos problemas reais, incentiva a autonomia intelectual e busca relacionar a teoria e a prática na relação ensino-aprendizagem.

A pesquisa revela que é imprescindível a instituição rever e propor formas que possibilitem o aprimoramento dos policiais constantemente, pois não se deve conceber uma corporação em que muitos nunca fizeram um curso desde o seu

ingresso, mesmo sendo um público jovem de idade e de profissão.

Com relação a se a PMMT possui uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial, ou seja, depois da formatura para os policiais, 51,4% responderam que não possui resultados na oferta, somado a 34,1% que informaram que desconhecem o assunto (Tabela 4).

A amostra revelou que para 51,4%, a instituição não tem uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial (Tabela 4), ou seja, formação permanente, somado ao fato de que muitos desconhecem o assunto, o que infere pensar que existem lacunas sobre a atualização na formação dos profissionais.

Tabela 4 – EP na percepção dos participantes da pesquisa (cabos e soldados da PMMT)

Variáveis	Quantidade	N (%)
Na sua avaliação, a PMMT possui uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial?		
Não	294	51,4
Desconhece o assunto	195	34,1
O Comando onde trabalha incentiva e favorece condições para os cabos e soldados estudarem?		
Sim	301	52,5
Na sua percepção a oferta de cursos aos policiais militares melhora a qualidade dos serviços prestados pela Instituição PMMT à sociedade?		
Sim	494	86,4
Neste momento você precisa de algum curso de atualização que vai melhorar a qualidade dos serviços da PMMT prestados à sociedade?		
Sim	466	81,5
Você já se envolveu em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência ou em operação policial que na sua avaliação foi por falta de conhecimento essencial da profissão?		
Não	325	56,8
Durante o seu turno de serviço tem buscado compartilhar ou buscar conhecimento junto aos colegas de trabalho, com a finalidade de crescimento profissional?		
Sim	447	78,1
Na sua UPM é realizado estudo de caso, mesmo que de forma informal, para possíveis avaliações e percepções de erros nos procedimentos de		

atendimento e condução de ocorrência, com a finalidade de correções futuras?		
Não	173	30,2
As vezes	161	28,1
Você avalia que as atividades de supervisão operacional dos serviços propiciam novos conhecimentos para a prática profissional e solução de problemas?		
Sim	353	61,8
Você avalia que os casos práticos vivenciados durante o serviço ou estudos de casos levantados para análises, são instrumentos que propiciam novos conhecimentos?		
Sim	497	86,9

Fonte: os autores (2020).

Em outros termos, existe ausência de políticas públicas em educação, aquela que compromete o Estado, por meio da instituição na garantia de direitos, e nesse caso, direito à formação atualizada e conectada com o mundo atual. Frente a essa constatação, ressaltamos que existe um grande nexo entre educação e trabalho, isto requer discorrer sobre a temática educação, compreendendo-a como uma prática, um processo necessariamente permanente.

Segundo Fernandes (2016), a perspectiva da EP é como um princípio reorganizador de todo o processo educativo vivenciado pelos sujeitos no ambiente de trabalho e se propõe a superar as concepções dominantes e os modelos escolarizados, a propagar novas práticas de formação de trabalho e, sobretudo, valorizar as aprendizagens advindas das situações laboral e das reflexões. Incentiva, ainda, discussões e propõe implementar programas, projetos e ações educativas. Consoante a visão da autora sobre a EP, entende-se que pode ser uma ferramenta essencial na Segurança Pública, pois propicia problematizar a prática, entender garantias de direitos, ampliar a formação crítica e estimular a tomada de decisões, um perfil almejado para policiais militares que lidam

com questões difíceis de entender e de garantias constitucionais.

Sobre o comando incentivar e favorecer condições para os cabos e soldados estudarem, 52,5% da amostra responderam que sim (Tabela 4), isso reflete a ausência de continuidade dos cursos e da educação, pois os comandos representam a instituição, e todos deveriam buscar de forma planejada, traçar linhas e metas de educação para todos. No que tange à oferta de cursos aos policiais militares para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade, a amostra entende ser importante a organização e oferta de cursos para melhores resultados, igualmente, cursos constantes de atualização. Neste sentido, ao serem indagados sobre envolvimento em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência/operação policial por falta de conhecimento essencial da profissão, um índice alto assumiu erros em operações por ausência de conhecimentos essenciais.

No entanto, de forma positiva, eles têm assimilado, na rotina, compartilhar conhecimentos com a finalidade de crescimento profissional, o que denota que, na prática, eles tentam possuir a rotina de estudos, esta é a EP a qual discutimos. A

pesquisa aponta que os profissionais de modo empírico e sozinhos tentam promover desenvolvimento, crescimento profissional. No entanto, quando indagados se eles, em suas unidades, fazem estudos de casos, para evitar erros nos procedimentos e com a finalidade de correções, mais da metade considera que não existe aprendizagem nem correções. Isso denota que, mesmo um número expressivo compartilhando os problemas decorrentes das ações de trabalho, não obtém como resultado aprendizagem ou novos conhecimentos.

Os resultados sugerem que usam a EP, uma vez que tentam estudar e compartilhar em serviço, mas não há os aspectos teóricos e metodológicos para propiciar conhecimentos, reflexão e mudanças. Somado ao fato de que um percentual considerável aponta que as supervisões ocorrem, no entanto, também não propiciam aprendizagem desejável e significativa.

Conforme Sardinha (2013), uma proposta pedagógica necessita considerar os trabalhadores como sujeitos de um processo de construção social de saberes e práticas, preparando-os para serem sujeitos dos seus próprios processos de formação ao longo de toda a sua vida, sobretudo, porque a capacitação precisa refletir e trazer aprendizagem sobre o processo de trabalho, realizado de preferência no próprio ambiente de trabalho.

A EP pode ser entendida enquanto uma experiência social à medida que o profissional se permite refletir criticamente sobre o processo de trabalho em que está inserido, existindo assim uma possibilidade de criação de mecanismos para identificar com mais clareza as situações cotidianas a serem superadas mediante uma ação educativa, coletiva e dialética. É dessa forma que se faz presente, inserida no espaço de trabalho e, por isso, sendo considerada como parte deste. Sobretudo, são processos que permitem a reorganização do trabalho, mas fundamentalmente da classe trabalhadora e da sua formação humana. (FERNANDES, p. 36, 2019). Disso decorre dizer

que os profissionais de Segurança Pública devem se apropriar desse saber que propicia autonomia, exige repensar para que, face às suas ações alicerçadas na legalidade, com uma formação humana e cidadã, possam estar mais atentos aos seus direitos e aos da sociedade.

No que concerne às respostas abertas, foi feita uma análise de conteúdo com as categorias mais comuns, às quais se ligaram as categorias similares, analisadas a partir do levantamento de categorias recorrentes.

Os temas mais recorrentes são, em ordem de frequência, *direito/legislação, curso de tiro, atualização e cursos em abordagem/procedimento operacional/pop/ocorrência, uma categoria que não opinaram denominada, não sei/nenhuma sugestão/expressões vagas, últimas categorias que ficaram praticamente juntas o número de frequência trata-se de cuidado psicológico, administração pública/gestão e direção defensiva.*

Embora apareça com pouca frequência, porém, não com menor importância, tem-se as categorias de informática, defesa pessoal e direitos humanos.

A categoria *direito e legislação* é o tema mais recorrente, existe um anseio pelos estudos de normas e leis, muitos apontam que querem estudar pela primeira vez, outros estão focados na atualização, somado ao índice que deseja cursar e ou terminar o curso de Direito.

Sobre tiro policial, outra categoria importante para os sujeitos da pesquisa, traz à luz o anseio por mais treinamento, armas modernas, habilitação para o uso de outras armas, e muito foco no desejo de curso de *Método Giralddi- Tiro Defensivo de Preservação da Vida*. A pesquisa de Ferreira, Cabelho, Rondon Filho, p. 14, 2020) faz a seguinte reflexão:

[...] os ensinamentos propostos pelo Método Giralddi podem ser aplicados de maneira razoável à formação inicial com certas ressalvas (ou pequenos ajustes) aos policiais militares que estão ingressando na instituição e tendo o contato inicial com o universo do tiro policial. Todavia, para a preparação e reprodução de um ambiente real de

confronto armado fora de serviço, o referido método não é aplicável, sobretudo pelo fato de as regras de um confronto real de sobrevivência se estabelecerem através de parâmetros totalmente irregulares ou assimétricos, onde a única regra incontestável, como dito alhures, é a de sair vivo.

Conforme a pesquisa, os autores expõem que o referido método se demonstra ineficaz para aplicação na seara da sobrevivência policial durante o período de folga, pois toda a construção metodológica (é procedimental) proposta pelo citado método prepara o policial militar (cognitivamente e operativamente) para uma atuação armada que provoca o sentimento de que para vencer um confronto de sobrevivência deve se obedecer às regras e crer que o seu oponente também o fará. A amostra denuncia nesta categoria que além do anseio de conhecer e treinar novos métodos, eles desconhecem muitas armas, uso, manuseio e gostariam de se habilitarem para usar, na verdade eles desejam armas modernas com treinos sistemáticos.

Atualização e cursos em abordagem/procedimento operacional/pop/ocorrência, esta categoria alinha-se à questão da necessidade de cursos e atualização em legislação, pois neste tema existem anseio pelos estudos e atualização dos POP³², o que faz total conexão com as abordagens e os procedimentos operacionais citados, pois revelam que anseiam estudar e conhecer para evitar erros de abordagens nas blitzes e outras ações. Porque à medida que demonstram insegurança no arcabouço legal, de normas e procedimentos, isso se traduz no receio e, às vezes, em erros em abordagens. Esse resultado vem ao encontro do envolvimento em algum erro de procedimento no atendimento de ocorrência por falta de conhecimento essencial da profissão, uma vez que um índice alto assumiu erros em operações por ausência de conhecimentos essenciais, conforme se pode constatar nesse fragmento de relato de um participante da pesquisa:

O conhecimento fornecido pela instituição deveria ser contínuo, [...] deveria realizar ações de ensino contínuo na parte de **legislação**, pois devido à falta de conhecimento, o Policial Militar acabará adotando medidas incoerentes ao caso concreto, podendo acarretar danos irreparáveis a sociedade e principalmente o Policial Militar [...] devemos atualizar nossos policiais no sentido de se preocuparem com o que é previsto na CF/88, onde trata **que as policiais militares cabem a ostensividade** [...] fazemos o que é realmente previsto; outro ponto importante é nós treinar mais com nossa atividade fim, tais como: abordagens, tiros, defesa pessoal, atividade física etc. **Não nos adianta estudar cursos on-line** [...] (grifo do autor).

Percebeu-se que houve mais de uma resposta dessa natureza, o que traduz a preocupação da amostra com a constante atualização, o que justifica a instituição pensar, planejar e disseminar um programa de EP, na medida em que essa modalidade de ensino, possibilita a atualização em serviço e com foco nos problemas reais. Tem-se como exemplo, este depoimento que realça fazer cursos que tragam resultados além de intelectuais, igualmente, nas atitudes e comportamentos, mudanças difíceis de serem apreendidas em cursos on-line sem o compartilhamento, reflexões e troca de experiências, pois o participante diz: *curso sobre ações e atitudes policiais culturalmente aceita e incentivadas, mas que divergem da legalidade*.

Sobre este anseio do sujeito da amostra, Silva (2012), que trabalha a formação do policial, aponta que no que concerne a essas questões que envolvem atitudes *culturalmente aceitas e incentivadas, mas que divergem da legalidade* e têm suas origens nas academias, os centros de formações devem focar em mudanças éticas e outras nos instrutores/professores que formam os novos profissionais, priorizando o respeito e sabendo influenciar atitudes éticas e legais. O autor destaca que diversas foram as formas de manutenção ritualísticas na formação policial militar que contribuíram e, às vezes, ainda contribuem. Por exemplo, as canções entoadas nos cursos, que

³² Procedimento Operacional Padrão.

incentivam a violência, promovem discriminação e a negação de direitos, inclusive do próprio policial.

De acordo com o autor, parece paradoxal, porque muito se ouve da parte dos policiais sobre direitos, no entanto, a maioria são negados e desrespeitados nos centros de formação e nas academias, como quando era(é) tido que *direito de um aluno é uma folha em branco, bichos, monstros, bisonhos, mocorongo, filho de cruz credo*, todas expressões pejorativas que mudam de acordo com o local. Como formar profissionais cidadãos se seus direitos e dignidade são negados? Direitos os quais eles precisam conhecer, vivenciar como pessoas e profissionais em formação para poder exercê-los como agentes do Estado. E arremata o autor, “como pessoas tratadas como *bichos, monstros* podem se imbuir de competência (e mais ainda, de valores) para respeitar e promover os direitos fundamentais e dignidade humana? (SILVA, p. 52, 2012).

Nestas categorias do cuidado psicológico, administração pública/gestão e direção defensiva, vamos considerar a questão dos cuidados, pois se constatou em muitas respostas o anseio de serem cuidados, de terem escutadas as suas emoções por um profissional da psicologia, em especial após operações de confronto em que, às vezes, perdem colegas. Assunto este corroborado na pesquisa de Barbosa e Menezes (2017) sobre a importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza. Entre outros achados, o estudo aponta que a ausência de apoio psicológico, somado ao estresse cotidiano, gera muitos prejuízos aos policiais e considera que essa questão é multifatorial, mas passível de mudança por meio de estratégias de intervenção baseadas no atendimento psicológico nas regionais, a priori, e, futuramente, em cada unidade.

A EC perpassa pela integralidade das pessoas em trabalho, logo, um tema dessa natureza deve ser contemplado nas formações, pois é importante o policial militar ter um espaço de escuta e acolhimento. Isso antes de adoecer, pois a promoção de saúde trata antes do adoecer, além do

que isso desmistifica estereótipos que o profissional que procura ser acolhido *tem um transtorno, está louco*, com problemas. Ao contrário, a psicologia deve ser um espaço de acolhimento para evitar o adoecimento e dessa forma lidar melhor com a rotina do trabalho, difícil, complexa e estressante na maioria das vezes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou um tema incomum na segurança pública, o tema não é recorrente nas Universidades, que ainda discutem muito a EC, bem como, a experiência mais sólida ainda é na formação dos profissionais de saúde, mas se aposta na ideia de que é uma modalidade essencial para a formação do policial militar, na medida em que pode ocorrer nos espaços de trabalho e lidar diretamente com as questões que impactam na oferta de serviços prestados à sociedade com qualidade e criticidade sobre as suas ações.

Iniciou-se a investigação com as indagações acerca da trajetória de EP dos participantes; a pesquisa revelou que existe uma lacuna, uma vez que não há uma trajetória sistematizada e ofertada de modo permanente, e talvez este dado seja mais evidente porque a maioria da amostra são do interior, o que significa pensar que as ações propostas para a formação não alcançam a todos, em especial àqueles que trabalham no interior.

No que se refere a compreender a percepção em relação à EP; os sujeitos percebem que praticamente não existe, somado ao fato de que não vislumbram uma gestão com resultados na oferta da educação após a formação inicial, ou seja, depois da formatura não há resultados na oferta, somado ao fato de que muitos desconhecem o assunto, de onde se pode inferir que, de fato, a instituição precisa ter mais foco na atualização constante da corporação.

Os resultados permitiram observar que a EP pode alavancar melhores práticas, contribuir na mudança de muitas atitudes que não condizem com a profissão com base na constituição cidadã, pois somente a profissão alicerçada em conhecimentos legais, contribuirá para abordagens ancoradas na legalidade e protegerá o policial.

A pesquisa aponta que eles assumem que muitos erros são em decorrência de desconhecimento de conhecimentos essenciais, em consequência disso, um percentual notável aponta o receio que tem em fazer as abordagens e operações no dia a dia, questões essas que podem ser trabalhadas em um programa de EP.

Os resultados permitiram constatar que os policiais tentam compartilhar conhecimentos e discutir estudos de casos, para evitar erros nos procedimentos com a finalidade de correções, no entanto, revelam que isso não traz muito aprendizado. Disso decorre a importância de organizar a EP, uma vez que tentam estudar e compartilhar em serviço, mas não têm os aspectos teóricos e metodológicos para propiciar conhecimentos, reflexões e mudanças.

Precisa-se, então, de uma proposta pedagógica que considere as necessidades dos policiais como sujeitos de um processo de construção social de saberes e práticas, preparando-os para serem sujeitos dos seus próprios processos de formação ao longo de toda a sua vida, sobretudo, porque a capacitação precisa refletir e trazer aprendizagem sobre o processo de trabalho, realizado de preferência no próprio ambiente laboral.

Os resultados permitiram observar que não existe uma proposta de EP que possa propiciar atualizações constantes, tampouco os policiais percebem que exista, ou seja, existe a lacuna de fato, e quando há oferta, esta não atinge a todos, a pesquisa corrobora isso.

Outro fator importante, apontado pela amostra, destaca a importância de uma formação

integral, que não seja focada apenas em conhecimentos intelectuais, mas que, sobretudo, tenha mudanças comportamentais, relacionamentos com ética, respeito aos direitos humanos e acolhimento aos policiais para que possa garantir a profissionalização.

A hipótese foi confirmada, a EP melhora a qualidade dos serviços prestados na visão da amostra, mas existe uma lacuna na instituição que é prejudicial, ou seja, a ausência de uma Política de EP, que proporcione aos militares estaduais os conhecimentos técnicos, legais e comportamentais relativos à sua atualização após a formação inicial.

O estudo respondeu o problema de pesquisa proposto com indicação de que é necessário investir na formação e nos cuidados com os policiais, que a proposta atual não traz resultados da forma que esperam, na visão da amostra investigada, deve repensar esse hiato de caráter essencial, pois o profissional mal preparado coloca em risco a sua vida, às vezes a do colega e não faz um trabalho de qualidade como a sociedade requer.

A pesquisa teve um fator limitativo, ao nosso ver, não conseguiu atingir um percentual significativo de policiais da capital com mais acesso à internet e mais próximos dos centros de formação, o que chama a atenção para descentralização da área de capacitação e atualização, sendo necessário, sobretudo, identificar com mais clareza, tempo de serviço e quantidade de cursos feitos focados na profissão, no entanto, não prejudicou a meta final de saber sobre a oferta de EP e seus reflexos.

Por fim, os resultados permitem, tal qual previsto no projeto inicial, sugerir que a instituição deve investir em EP e proporcionar subsídios para redimensionar a formação, a gestão e o planejamento estratégico da instituição sobre educação, por exemplo, construindo um Planejamento de Desenvolvimento Institucional – PDI na área de educação em âmbito estratégico, na sequência às unidades de ensino e os projetos de

cursos anuais serem elaborados com base nas metas propostas no PDI. Ou seja, seria viável que essa

construção ocorra em âmbito estadual com a elaboração do PDI, este seja contemplado no orçamento e assim tenha-se verba anualmente para propor as formações, inclusive com foco no interior, porque os resultados da pesquisa apontam que existe ausência na formação permanente, pois a

oferta não atinge os policiais militares do interior. A construção do PDI, tem como pré-requisito o conhecimento de dados reais da instituição, logo esta investigação é uma incursão sutil, neste tema pouco investigado na PMMT, sendo viável fazer outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Gestão e disseminação de dados na Política Nacional de Segurança Pública. **Mapeamento de modelos de ensino policial e de segurança pública no Brasil**. Fórum Brasileiro de Segurança, jul. 2013. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Mapeamento_modelos_ensino_policial_2013.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BARBOSA Louise Maia, MENEZES, Catarina Nívea Bezerra. **A importância do apoio psicológico na saúde mental dos policiais militares de Fortaleza**. Psicologia Argumento. 2017mar/jun., 35(89), 1- 21. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/25564>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- CARNEIRO, Leonardo de Andrade. **Ferramentas digitais para aprendizagem colaborativa nos cursos de qualificação profissional da polícia militar do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Modelagem Computacional de Sistemas) – Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2019.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação permanente e educação continuada: do que estamos falando?** 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/epsuasrs/2018/04/24/educacao-permanente-e-educacao-continuada-do-que-estamos-falando/>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas: Papel Social, 2016.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Educação permanente nas situações de trabalho de assistentes sociais. Trabalho, Educação e Saúde**, v. 10, n. 3, p. 481-505, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-77462012000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jun. 2020.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos *et al.* **Contribuições para a disseminação da cultura de educação permanente no suas: relatos de uma investigação**. In: FERNANDES. Rosa Maria Castilhos (Org.). **Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019, p. 39-53.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. *et al.* **Educação trabalho e experiência sociais**. In: FERNANDES. Rosa Maria Castilhos (Org.). **Educação no/do trabalho no âmbito das políticas sociais**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2019. p. 23-38.
- FERNANDES, Rosa M. Castilhos. **Processos de Educação Permanente nas Situações de Trabalho no SUAS. Revista Sociedade em Debate**. v. 23, n. 2, p. 121 – 147, jul./dez. Pelotas, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/175060/001064495.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- FERREIRA, Rodrigo; CABELHO, Victor Hugo; RONDON FILHO, Edson. **VITIMIZAÇÃO POLICIAL. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153**, v. 3, n. 6, p. 9-52, 21 mai. 2020.

GERHARDT ENGEL, Tatiana; SILVEIRA TOLFO, Denise. (Org). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIGANTE, Renata Lúcia; CAMPOS, Gastão Wagner. **Política de formação e educação permanente em saúde no brasil: bases legais e referências teóricas**. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14 n. 3, p. 747-763, set./dez. 2016.

MASSAROLI, Aline; SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde**. Projeto de pesquisa submetido ao edital 49/2005.

Processo 402044/2005-3. 2005. Disponível em:

<http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1311947098405educa%E7%E3o%20continuada%20e%20permanente.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional**: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo_legado1/seguranca-publica/livros/matriz-curricular-nacional_versao-final_2014.pdf.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2010.

PASCHOAL, Amarílis Schiavon; MANTOVANI, Maria de Fátima; MÉIER, Marineli Joaquim. **Percepção da Educação Permanente, continuada e em serviço para enfermeiros de um hospital de ensino**.

Revista Escola de Enfermagem USP, v. 41, n. 3, p. 478-484, jan. 2007. Disponível em:

<http://www.periodicos.usp.br/reecusp/article/view/41645>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SARDINHA, Letícia Peixoto *et al.* **A Educação permanente, continuada e em serviço: desvendando seus conceitos**. **Enfermería global**. nº 29, jan. 2013. Disponível em:

http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n29/pt_revision1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, João Batista da. **Os novos parâmetros educacionais das Polícias Militares brasileiras**: um exercício de análise a partir da formação profissional dos soldados da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 1, 1-2 fev/mar. 2012.

TURATO, E.R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora vozes, 2003.